



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAARA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS – SEINFRA
Anexo III

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° ____/2024

Município de ITAARA-RS

Setor Requisitante: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço

Necessidade da Administração: Contratação de empresa especializada na execução de serviço de construção de abrigos de ônibus com fornecimento de todo material, mão de obra, nas localidades: em frente à Escola de Ensino Médio de Itaara, na Av. Guilherme Kurtz, com 12,66 m², e na localidade do Baú, km 314.7 no sentido Itaara - Santa Maria, latitude -29.650105, longitude -53.75694 com 8,39 m², em conformidade com a Emenda Impositiva n° 16 e a Emenda Impositiva n° 49. A Contratante ficará responsabilizada pela base da terraplagem, assim como a desmontagem dos abrigos que, por ventura, possam existir nos locais supracitados.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O termo de referência em questão foi elaborado diante às necessidades das Secretarias, fundos e prefeitura Municipal.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Natureza do bem: () Comum () Especial

Possibilidade de prorrogação: () Sim () Não

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BÁSICAS

1.2.1 Os quantitativos são conforme tabela abaixo e em conformidade com o seus respectivos Memoriais Descritivos

PROPOSTA FINANCEIRA ALFREU DE SOUZA DIAS – CNPJ: 16.714.510/0001-60				
Item	Qntd.	Descrição do Item	Valor Unit.	Valor Total
01	1	Abrigo de ônibus 12,66 m ² Local: Av. Guilherme Kurtz, defronte a Escola Estadual de Ensino Médio de Itaara	R\$21.200,00	R\$21.200,00
02	1	Abrigo de ônibus 8,39 m ² Local: BR 158, KM 314,7 - Localidade do Baú, sentido Itaara-Sta Maria	R\$16.500,00	R\$16.500,00
Valor Total R\$				R\$37.700,00

2. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO:

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em item específico do, anexo deste TR.

2.2 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual do exercício de 2024 no Município de Itaara-RS, pois o PCA está sendo elaborado e contemplará o exercício de 2025, conforme consta nas informações básicas deste TR.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Com o intuito de dar o devido atendimento à Emenda Impositiva nº 16 (de bancada) e à Emenda Impositiva nº 49 (de bancada), de autoria dos Vereadores Eliezer Marques Dias e Roberto Rodrigues da Rosa, respectivamente, da Câmara Municipal de Itaara, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços considerou mais oportuna a contratação de uma empresa especializada no serviço de construção de abrigos para passageiros de ônibus (paradas). Por não possuir quadro funcional nem equipamento apto ao serviço, tal foi a melhor solução encontrada pela Administração, visando garantir uma melhor qualidade no serviço, eficiência e segurança para o ente público. Dessa forma, a contratada ficará responsável pelo serviço e equipamento necessário, pela segurança dos seus recursos humanos, pela devida destinação dos resíduos produzidos durante o serviço. A Contratante irá se responsabilizar pela base da terraplanagem e a desmontagem dos abrigos que, por ventura, possam existir nos locais indicados.

4. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO:

4.1.1 O objeto da contratação tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meios de especificações usuais de mercado, conforme art. 75, Inciso I da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2 A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, com critério de julgamento por menor preço, conforme artigos 34 e 75, Inciso I da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3 O prazo de vigência do certame será 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão da Nota de Empenho, podendo haver prorrogação, mediante justificativa com a devida razoabilidade.

4.2 Da Subcontratação:

4.2.1. Não será permitida a subcontratação

4.3. Garantia da contratação:

4.3.1 Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, tendo em vista que tal exigência poderá elevar demasiadamente o preço.

4.6 Sustentabilidade:

4.6.1 Deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade ambiental referente ao resíduo produzido pelo serviço, dando-os o devido destino de forma sustentável e segura.

4.6.2 Os materiais e equipamentos utilizados no serviço devem, preferencialmente, seguir as normas de sustentabilidade e segurança pertinentes.

4.6.3 A empresa contratada deverá sempre que possível utilizar na execução dos serviços ora pleiteados materiais que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15.448-1 e 15.448-2.

5. DO PRAZO PARA ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DA AQUISIÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. O prazo de execução do serviço é de 4 (quatro) meses contados da assinatura da ordem de serviço ou assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação. Se a CONTRATADA não puder atender dentro do prazo estabelecido, deverá justificar e comprovar por escrito os motivos, ficando a prorrogação por mais 10 (dez) dias úteis (máximo), condicionada à aceitação do Contratante.

6. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (quinze) dias úteis, após a apresentação da Nota Fiscal na Secretaria de Finanças detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 04 - Secretaria de Infraestrutura e Serviços

Unidade: 04.01 Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura

Atividade: 2.013 – Recuperação de Pontes, Bueiros e Estradas Municipais

Elemento de Despesa: 4.4.90.51 - Obras e Instalações (147)

Despesa Desdobrada: 4.4.90.51.99 – Outras Obras e Instalações (2373)

Fonte de Recurso: 1.500 Recursos não vinculados de Impostos

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1 O Fiscal Administrativo do Contrato o Servidor Atílio Cezar Flores, Matrícula: 1548-2.

8.2 Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, competem:

8.3 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

8.4 Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, caso este apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis;

8.5 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

8.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

8.7 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

8.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;

8.9 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade.

8.10 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.11 O serviço será recebido pelo responsável por seu acompanhamento e a fiscalização, mediante formalização pela contratada quanto à finalização da execução dos serviços;

8.12 O recebimento do serviço estará condicionado à observância das especificações técnicas, cabendo a verificação ao fiscal técnico designado, que poderá ser assistido por representante da contratada, a fim de corrigir toda e qualquer irregularidade constatada;

8.13 O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela fiel execução do contrato, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua efetiva utilização.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. O objeto da presente contratação refere-se a serviço de construção de 2 (dois) abrigos de ônibus para passageiros (paradas) nas localidades e demais especificidades determinadas em item específico deste Termo de Referência, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao serviço,

ficando responsável pela segurança dos seus recursos humanos, transportes, bem como pela desmontagem dos abrigos que, por ventura, possam existir nos locais supracitados e demais necessidades pertinentes;

9.2. Os serviços deverão ser prestados nos padrões técnicos recomendados e contar com quadro de pessoal operacional capacitado e em número suficiente proporcionais ao prazo de execução estabelecido;

9.3. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que deverão ser fornecidos pela contratada aos seus funcionários devem estar em conformidade com o disposto na NR6 – Portaria nº 3214, de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho;

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

A futura contratada será selecionada mediante processo licitatório na modalidade de Contratação Direta, por meio de Processo de Dispensa de Licitação, **com critério de julgamento por menor preço global**, nos termos do Art. 75, Inciso I, da Lei Federal 14.133/2021.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusulas elaboradas pela Seção de Contratos constantes do Termo de Referência da contratação vigente:

11.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis garantidas o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 3 (três) dias úteis da data de envio da correspondência eletrônica.

11.2. Será aplicada ADVERTÊNCIA nos casos literalmente indicados e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização da contratação, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

11.3. Será aplicada MULTA:

- a) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, caso a contratada incorra em atraso de mais de 30 (trinta) dias;
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, caso a contratada recuse-se a receber a Nota de Empenho, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei ou no caso de atraso ou não encaminhamento do documento necessário ao pagamento;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se a contratada se recusar a cumprir com obrigação prevista neste Termo de Referência, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Município;
- d) de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta contratação.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Estima-se para a aquisição almejada o valor total de R\$ 37.700,00 (**trinta e sete mil e setecentos reais**), em parcela única, em função da tradição da empresa e trazendo a este procedimento o critério do pagamento com base no melhor preço entre as propostas apuradas, comprovando assim a vantajosidade para o ente público.

Entende-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Executivo nº 2570/2021, que “*Estabelece o procedimento administrativo para a*

realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito desse Município” nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Itaara-RS, 29 de novembro de 2024.

Leandro Pendeza
Secretário de Infraestrutura e Serviços
Matrícula: 2962-9

Atílio Cezar Flores
Fiscal de Contrato
Matrícula: 1548-2